

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
<i>Capítulo 1</i>	
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMO EXPRESSÃO DO <i>IUS PUNIENDI</i> E AS GARANTIAS DO ACUSADO	23
1.1. Noções gerais e aspectos constitucionais	23
1.2. Noções gerais e aspectos infraconstitucionais	29
1.2.1. LIA: aspectos gerais.....	35
1.2.2. Alterações legislativas processuais na LIA: a indefinição entre o processo civil e o processo penal.....	41
1.3. Improbidade administrativa: conceito	48
1.3.1. O vocábulo “sanção” e a improbidade administrativa.....	54
1.3.2. Sanção civil e a improbidade administrativa.....	59
1.3.3. Improbidade administrativa e o modelo intermediário do <i>ius puniendi</i>	69
1.4. Consequência da natureza punitiva da improbidade: base teórica para aplicação de garantias processuais ao acusado	76
1.4.1. Estados Unidos	81
1.4.2. Corte Europeia de Direitos Humanos.....	84
1.4.3. CIDH.....	88
1.5. Fonte normativa das garantias processuais penais aplicáveis à LIA: CF/1988 e CADH	89
1.5.1. Verificada a inconstitucionalidade ou incompatibilidade das normas processuais aplicáveis à LIA com as garantias do acusado, que norma aplicar?.....	92
<i>Capítulo 2</i>	
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E PROCESSO.....	97
2.1. Objeto, estrutura, institutos e fundamentos da ação de improbidade administrativa: entre o processo civil e o processo penal.....	98
2.1.1. Causa de pedir	106
2.1.1.1. Causa de pedir próxima: a aplicação do <i>iura novit curia</i>	106
2.1.1.2. Causa de pedir remota: o <i>ne bis in idem</i> e o art. 493 do CPC.....	111

2.1.2.	Pedido	119
2.1.2.1.	Pedido mediato: a aplicação de sanção	122
2.1.2.2.	Pedido imediato: a preponderância do pedido (des) constitutivo.....	129
2.1.2.3.	Correlação entre pedido e sentença.....	131
2.1.3.	Causa de pedir e pedido: reparação do dano ao erário e invalidação do ato administrativo	144
2.2.	Improbidade administrativa e processo coletivo: quebra de uma premissa	149
2.2.1.	Ausência de previsão normativa que obrigue a aplicação do micro-sistema de tutela coletiva à LIA	158
2.2.2.	Direito difuso tutelado na ação de improbidade administrativa e a inaplicabilidade da tutela coletiva	160
2.2.2.1.	Pluritutela jurídica da probidade administrativa	165
2.2.3.	Problemas decorrentes da aplicação do micro-sistema de tutela coletiva à ação de improbidade administrativa	168
2.2.3.1.	O postulado hermenêutico do micro-sistema	169
2.2.3.1.1.	Legitimidade da defensoria pública e associações	171
2.2.3.1.2.	Remessa necessária	173
2.2.3.2.	Princípio da predominância dos aspectos inquisitoriais ...	179
2.2.3.3.	Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	181
2.2.3.4.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	184
2.3.	Improbidade administrativa e o CPC.....	189
2.3.1.	Problemas decorrentes da aplicação do CPC à LIA	194
2.3.1.1.	Depoimento pessoal	194
2.3.1.2.	Revelia	198
2.3.1.3.	Ação rescisória	202

Capítulo 3

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	205
3.1. Teor da garantia.....	205
3.1.1. Aspecto extraprocessual (extrajudicial).....	208
3.1.2. Aspecto processual: princípio informador do processo	210
3.1.3. Aspecto processual: regra de tratamento processual	214
3.1.4. Aspecto processual: regra probatória (ônus subjetivo)	221
3.1.5. Aspecto processual: regra de julgamento (ônus objetivo).....	226
3.2. Aplicação da garantia na LIA	232
3.2.1. Inquérito civil	238
3.2.2. Petição inicial: narrativa e prova.....	243
3.2.3. Procedibilidade da inicial: <i>in dubio pro reo x in dubio pro societate</i>	254

3.2.4.	Defesa	263
3.2.4.1.	Ônus da impugnação específica e defesa genérica.....	266
3.2.4.2.	Revelia e presunção de veracidade.....	269
3.2.5.	Tutela provisória.....	274
3.2.6.	Direito probatório.....	284
3.2.6.1.	Ônus da prova	284
3.2.6.1.1.	Inversão e dinamização do ônus da prova	289
3.2.6.1.2.	Fato negativo e ato de improbidade por omissão	294
3.2.6.2.	Presunções.....	298
3.2.6.2.1.	Presunção de legalidade e de veracidade dos atos administrativos	301
3.2.6.2.2.	Dano <i>in re ipsa</i> e dispensa de licitação.....	308
3.2.6.2.3.	A presunção de ilicitude do enriquecimento..	311
3.2.6.2.4.	Dolo presumido	314
3.2.6.3.	Modelo de constatação para condenação: além da dúvida razoável	317
3.2.6.4.	Depoimento pessoal como meio de prova e confissão ficta	324
3.2.6.5.	Dever de colaboração ou cooperação	328
3.2.6.5.1.	Recusa do réu na exibição de documento ou coisa.....	335
3.2.6.5.2.	Não comparecimento do réu à perícia médica	336
3.2.7.	Julgamento antecipado do mérito.....	338
3.2.8.	Execução provisória da pena.....	344
<i>Capítulo 4</i>		
NE BIS IN IDEM.....		
4.1.	Considerações iniciais	353
4.2.	Teor da garantia.....	361
4.2.1.	<i>Ne bis in idem</i> processual.....	364
4.2.1.1.	Art. 37, § 4.º, da CF/1988: norma de sobreposição punitiva e a necessidade de sua interpretação restritiva	370
4.2.1.2.	Art. 8.4 da CADH: norma de coordenação punitiva	372
4.2.2.	<i>Ne bis in idem</i> material.....	376
4.2.3.	Identidade de sujeito.....	384
4.2.4.	<i>Bis</i> : processo ou sanção anterior	387
4.2.5.	<i>Idem</i> : mesmos fatos.....	392
4.3.	Aplicação da garantia na LIA	395
4.3.1.	Petição inicial e imputação.....	398

4.3.2.	Litispêndênciã.....	401
4.3.2.1.	Absolviçãõ no processo criminal confirmada por òrgãõ colegiado: art. 21, § 4.º, da LIA	404
4.3.3.	Sentençã e coisa julgada.....	405
4.3.3.1.	Improcedênciã.....	406
4.3.3.1.1.	Açãõ rescisóriã contra a sentençã de improcedênciã.....	407
4.3.3.1.2.	Remessa necessáriã e o art. 17-C, § 3.º, da LIA	410
4.3.3.2.	Procedênciã e condenaçãõ	411
4.3.3.2.1.	Fundamentaçãõ e o art. 17-C, V, da LIA c/c o art. 22, § 3.º, da LINDB	413
4.3.3.2.2.	Rescisóriã e a sentençã condenatóriã	418
4.3.3.3.	Extinçãõ sem resoluçãõ do mériõ e as “falsas carênciãs”..	423
4.3.3.3.1.	“Rejeiçãõ” da inicial	425
4.3.3.3.2.	Negativa do fato ou de sua autoriã na sentençã criminal e civil: art. 21, § 3.º, da LIA ..	427
4.3.3.4.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	429
4.3.3.5.	Arquivamento e trancamento do inquériõ civil.....	429
4.3.3.6.	Acordo de nãõ persecuçãõ cível	432
	CONCLUSÃO.....	435
	REFERÊNCIAS.....	451